



BANCORBRÁS - VIAGENS E TURISMO S.A.

CNPJ 24.896.979/0001-96

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

No exercício de 2022 a inflação oficial (IPCA) foi 5,79% e, como medida para combatê-la, a taxa de juros básica da economia, a Selic, encerrou o ano em 13,75% ao ano. No caminho de retomada de estabilização do cenário econômico pós pandemia, presenciamos oscilações do dólar, conflito bélico entre Rússia e Ucrânia - produzindo escassez de insumos, que pressionaram os preços de alimentos, energia e combustíveis - e eleições no País, com intensa polarização, para o executivo federal. O mercado de trabalho reagiu de forma positiva, com melhoras nos níveis de emprego e renda. Mesmo diante do cenário de incertezas políticas e econômicas, o setor de turismo registrou crescimento e recuperação gradual no turismo de lazer e no segmento corporativo. Destaca-se a retomada das viagens internacionais após as restrições impostas pela pandemia e sobretudo a expansão do turismo doméstico com maior procura por novos destinos pelos brasileiros. O grande desafio para continuar essa curva de retomada e crescimento do segmento passa pelo custo do aéreo, seguido da retomada da malha aérea e o custo de hospedagem. Durante o ano, a Bancorbrás Viagens e Turismo S.A (BANCORTUR) continuou adotando boas práticas de gover-

nança reforçando seu compromisso com a ética e a transparência, além de continuar mantendo o foco na geração de negócios, em sinergia com as demais áreas do conglomerado Bancorbrás, assim como no cumprimento de sua missão institucional.

O ano destacou-se pela implementação de diferentes ações que contribuíram para o alcance das metas propostas no planejamento estratégico, a saber: captação de novas contas corporativas;; melhorias na experiência do cliente e sua jornada de compra, resultando em maior aceitação e penetração no mercado; realização de diversas capacitações e treinamentos para as equipes de vendas; e automação de processos de vendas, obtendo maior gestão e segurança nas transações.

• Volume de vendas: acompanhando o desempenho do mercado de turismo, a Empresa obteve uma performance 54,2% superior a 2021 e ficou 11,12% acima da meta orçamentária prevista, totalizando um montante de vendas de R\$ 63,64 milhões, distribuídos da seguinte forma nas unidades de negócios: Lojas Brasília (41,3%), Vendas Online (19,6%), Filiais (15,4%), Corporativo (23,1%) e Voalá (0,6%).

- Desempenho de vendas: Os resultados de vendas da empresa foram bastante positivos, com destaque para o desempenho do setor corporativo, que alcançou um faturamento de R\$ 14,7 milhões. A Loja Brasil também apresentou ótimo desempenho, com contribuição de R\$ 12,6 milhões para o faturamento total. Além disso, vale ressaltar as vendas realizadas pelo Caldas Novas Online, que corresponderam a R\$ 8,8 milhões em faturamento.
- Indicadores operacionais: em relação a eficiência operacional alcançamos o índice de 31,6% no período. Já a margem do EBITDA apresentou o resultado de 61,9%.
- Resultado do período: o resultado líquido em 2022 foi de R\$ 6.668.648,58, superando o resultado de 2021 (R\$ 448.683,24) e, também, o valor orçado para o período (R\$ 3.949.615,04).

Brasília, DF - 31 de janeiro de 2023.

Cláudio Roberto Nogueira de Souza Filho

Carlos Eduardo Alves Pereira

Diretor-Presidente

Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	39.185.598	24.233.166
CIRCULANTE	36.865.088	23.334.332
Caixa e equivalentes de caixa	10.616.097	6.713.645
Caixa e bancos	3.475.470	716.538
Aplicações de liquidez imediata (nota 04)	1.740.627	5.997.107
Direitos realizáveis	26.248.991	16.620.687
Clientes (nota 05)	11.315.871	5.573.808
Cheques a receber (nota 06)	-	2.115
Cartões de crédito (nota 06)	8.621.948	6.296.087
Adiantamentos a fornecedores (nota 07)	4.171.654	3.656.578
Adiantamentos a colaboradores	9.567	20.001
Impostos a compensar	96.356	5.973
Outros créditos (nota 08)	2.033.595	1.066.125
NÃO CIRCULANTE	2.320.510	898.834
Realizável a Longo Prazo	2.217.195	622.062
Partes relacionadas (nota 22 b)	2.217.195	515.320
Caução	-	106.742
Imobilizado (nota 09)	88.416	261.873
Intangível	14.899	14.899
Marcas e patentes	14.899	14.899
	R\$(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.185.598	24.233.166
CIRCULANTE	28.063.727	16.493.227
Fornecedores e prestadores de serviços (nota 10)	21.350.888	13.413.674
Obrigações trabalhistas (nota 11)	92.870	132.732
Impostos, taxas e contribuições a recolher (nota 12)	130.131	229.744
Participação nos lucros e resultados	22.280	181.158
Outras obrigações (nota 13)	3.202.009	2.535.919
Dividendos (nota 15 c)	3.265.549	-
NÃO CIRCULANTE	-	21.168
Partes relacionadas (nota 22 b)	-	10.843
Provisões para passivos contingentes (nota 14)	-	10.325
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 15)	11.121.871	7.718.771
Capital social	10.950.000	10.950.000
Reservas de lucros	171.871	-
Lucros/Prejuízos acumulados	-	(3.231.229)

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	R\$(1)	
	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 16)	9.591.270	5.489.717
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(1.853.575)	(2.529.719)
CÁLCULO BRUTO	7.737.695	2.959.998
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.034.275)	(2.187.581)
Comerciais	(819.304)	(498.495)
Pessoal	-	(208.048)
Encargos sociais	-	(75.392)
Benefícios	-	(202.104)
Comunicação	(13.600)	(27.922)
Utilidades e serviços	-	(12.356)
Aluguéis	(35.045)	(342.776)
Serviços de terceiros	(166.068)	(332.442)
Gerais	(30.712)	(64.111)
Impostos, taxas e contribuições	(114.012)	(87.562)
Depreciações e amortizações	(173.457)	(421.935)
Provisões/reversões para contingências	10.325	18.979
Outras receitas operacionais (nota 17)	463.670	457.261
Outras despesas operacionais (nota 18)	(156.072)	(309.678)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS	6.703.420	772.417
Receitas financeiras (nota 19)	1.001.617	398.511
Despesas financeiras (nota 20)	(680.467)	(406.556)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	7.024.570	764.372
Contribuição social (nota 21)	(96.370)	(39.323)
Imposto de renda (nota 21)	(237.270)	(82.608)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	6.690.930	642.441
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	(22.282)	(193.758)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.668.648	448.683
QUANTIDADE DE AÇÕES	730.000	730.000
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	9,14	0,61

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
					R\$(1)
DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	PREJUÍZOS/LUCROS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
		RESERVA LEGAL			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.950.000	-	(3.679.912)	-	7.270.088
Lucro líquido do exercício			448.683		448.683
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.950.000	-	(3.231.229)	-	7.718.771
Lucro líquido do exercício			6.668.648		6.668.648
Proposta da Administração de Destinação do Lucro: Transferência para reservas:					
Reserva legal		171.871	(171.871)		-
Dividendos a distribuir			(3.265.548)		(3.265.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.950.000	171.871	-	-	11.121.871

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA METODO INDIRETO		
	R\$(1)	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	6.668.648	448.683
Lucro Líquido do Exercício	-	-
Ajustes para reconciliar o resultado líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	-	-
- Depreciações e amortizações	173.457	421.935
- Baixa de bens do imobilizado	-	17.759
- Provisões para contingências	(10.325)	(18.979)
Resultado Ajustado	6.831.780	869.398
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(11.223.437)	(6.576.251)
Clientes	(5.742.063)	(4.577.043)
Impostos a recuperar	(90.383)	174.491
Outros ativos	(5.390.991)	(2.173.699)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	8.294.109	4.537.263
Fornecedores	7.537.214	6.557.658
Outros passivos	356.895	(2.020.395)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	3.902.452	(1.169.590)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-
Aquisições em imobilizado	-	(324.102)
Aquisições de intangível	-	(2.980)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(327.082)
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.902.452	(1.496.672)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	6.713.645	8.210.317
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	10.616.097	6.713.645

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022	
NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL	
A BANCORBRÁS VIAGENS E TURISMO S.A., Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 14 de março de 1988, com sede em Brasília (DF), tem como objetivo a exploração de atividades de agência de viagens e de operadora de turismo, exercendo-as de acordo com a legislação em vigor.	
NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).	
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências, depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.	
Em conformidade com a Resolução nº 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2023.	
Base de mensuração	
A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.	
Moeda funcional	
Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente	

econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais diretrizes adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltam-se:

- a) Apuração do Resultado**
- (a1) Reconhecimento de receitas e custos**
- As receitas de serviços são mensuradas de acordo com as vendas de pacotes turísticos e passagens aéreas. As receitas são reconhecidas na data da realização do serviço, ou seja, no momento da hospedagem no caso de pacotes turísticos e na data da viagem, para as passagens aéreas.
- (a2) Reconhecimento de despesas**
- As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- b) Caixa e equivalentes de caixa**
- Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de taxa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes**
- A classificação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicáveis.
- d) Imobilizado**
- Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são contabilizados como receitas/despesas operacionais no resultado.
- A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, em conformidade com o disposto na seção 17 do PME, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa 09.
- e) Intangível**
- Refere-se ao direito de uso de software e marcas e patentes. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. A amortização do direito de uso de software é calculada pelo método linear e não supera o prazo de cinco anos.
- f) Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda**
- O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real anual, foram calculados nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.
- g) Avaliação dos ativos e passivos**
- A Companhia efetua anualmente a avaliação dos seus ativos e passivos circulantes e não circulantes para efeito de valor presente, não tendo sido apurados valores relevantes para ajustes.
- h) Redução ao valor recuperável de ativos**
- O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.
- Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A empresa realizou avaliação de impairment e não identificou valores para registro contábil.
- i) Provisões**
- As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, motivo pelo qual é necessário que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
- O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na seção 21 do PME e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica:
- (11) Ativos contingentes:** Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exígito.
- (12) Passivos contingentes:** Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações civis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.
- As contingências são classificadas como:
- prováveis**, para as quais são constituídas provisões; **possíveis**, divulgadas sem que sejam provisionadas; e **remotas**, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- j) Instrumentos financeiros**
- Conforme determina a Resolução nº 216/NBCTG 48 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não resultou em ajustes significativos, tendo em vista que os valores contábeis aproximam-se dos valores de mercado.
- Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outros divídios.
- São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.
- k) Gestão de riscos**
- (k1) Risco com taxa de juros**
- O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia ter redução nos resultados financeiros, pela queda das taxas de remuneração, uma vez que não possui passivos financeiros.
- (k2) Política de gestão de riscos financeiros**
- A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que orienta e requer a diversificação de transações e contrapartidas financeiras. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.



BANCORBRÁS - VIAGENS E TURISMO S.A.

(k3) **Risco de liquidez**
Com a política de gerenciamento de risco e controle adotados, é mitigado o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
i) Tributos
Calculados às alíquotas abaixo demonstradas. Consideram para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda (IRPJ)	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social (CSLL)	9,0%
PIS sobre receitas operacionais não cumulativas	1,65%
Cofins sobre receitas operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre receitas operacionais cumulativas	0,65%
Cofins sobre receitas operacionais cumulativas	3,0%
PIS sobre receita financeira	0,65%
Cofins sobre receita financeira	4,0%
ISS	5,0%

Baseado no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021 de 03 de maio de 2021, os tributos da COFINS, PIS, CSLL e IRPJ, incidentes sobre os resultados das operações vinculadas às atividades de turismo passaram a ser tributados à alíquota zero, pelo prazo de 60(sessenta) meses, com vigência em 18/03/2021.

NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos foram aplicados em diversas instituições financeiras, com rentabilidade de 12,11% no ano de 2022.

Descrição	2022	2021
Letra financeira	-	4.872.971
Fundos de investimento	6.358.161	1.124.136
CDB	782.466	-
Total	7.140.627	5.997.107
Ativo Circulante	7.140.627	5.997.107

NOTA 05. CLIENTES

Tratam-se de vendas faturadas realizadas para pessoas jurídicas, com prazo para recebimento em torno de 60 (sessenta) dias.

NOTA 06. CHEQUES A RECEBER E CARTÕES DE CRÉDITO

As contas de cheques a receber e cartões de crédito correspondem aos valores a receber pela venda de pacotes turísticos e passagens aéreas, com prazo de recebimento parcelado.

NOTA 07. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Refere-se a adiantamentos realizados a fornecedores de hotéis, com a liquidação por ocasião da realização da hospedagem dos clientes.

NOTA 08. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	2022	2021
Créditos companhias aéreas	416.638	296.261
Responsabilidade de funcionários	-	1.110
Processo em andamento	545.578	357.784
Cancelamento e substituição	1.031.287	410.950
Créditos fornecedores Covid 19	40.092	-
Total	2.033.595	1.066.125

NOTA 09. IMOBILIZADO

Descrição	Depreciação/amortização a.a	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Móveis, utensílios e instalações	13	115.099	61.042	54.057	63.280
Máquinas e equipamentos	11	15.744	9.906	5.838	7.208
Central de telefonia	10	2.940	2.069	871	855
Sistema de segurança	12,5	1.687	823	864	1.039
Hardware	22	110.972	92.068	18.904	34.123
Beneficiários propriedade terceiros	21,4	147.128	139.246	7.882	155.368
Totais		393.570	305.154	88.416	261.873

NOTA 10. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

As contas de fornecedores e prestadores de serviços têm a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Hóteis	13.221.791	8.864.135
Companhias aéreas	3.586.662	1.150.280
Receptivos	1.558.699	1.820.270
Operadoras de turismo	1.169.023	713.477
Grupos e eventos	1.801.765	778.058
Serviços e materiais	12.948	87.454
Total	21.350.888	13.413.674

NOTA 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2022	2021
Provisões de férias e encargos sociais	92.870	132.732
Total	92.870	132.732

NOTA 12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	2022	2021
Encargos sociais e previdenciários sobre folha		
INSS	15.547	23.752
FGTS	5.383	8.265
Total	20.930	32.017
Tributos a recolher		
PIS	447	7.231
Cofins	4.264	33.838
ISS	97.011	59.486
IRRF	2.896	3.725
PIS/Cofins/CSLL retenções Lei 10.833/03	152	138
IRPJ	-	53.986
CSLL	4.431	39.323
Total	109.201	197.727
Total de impostos e contribuições	130.131	229.744

NOTA 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	2022	2021
Créditos a identificar	152.039	52.660
Carta de crédito e reembolso-devolução a clientes	663.862	617.666
Contribuição assistencial	-	121
Receita a realizar (*)	2.386.108	1.865.472
Total	3.202.009	2.535.919

(*) Receita a realizar: Trata-se de recebimentos provenientes das vendas de pacotes turísticos para futura utilização, que serão reconhecidos na receita por ocasião da realização dos eventos.

NOTA 14. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos.

A Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda com o seguinte:

a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis

Passivos Contingentes	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	-	10.325
Total	-	10.325
Quantidade de ações	-	01

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (Não provisionados)

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente.

As ações movidas contra a Bancorbrás Viagens e Turismo S.A., no aspecto cível, e em geral abrangem pedidos relacionados a possível descumprimento do Código de Defesa do Consumidor. Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R\$ 209.355 em 31/12/2022, referentes a 18 (dezoito) ações e R\$ 106.119 em 31/12/2021, referentes a 11 (onze) ações.

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 10.950.000 (dez milhões, novecentos e cinquenta mil reais), representado por 730.000 (setecentas e trinta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente à acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é subsidiária integral.

b) Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Distribuição de dividendos e formação de reservas

O lucro foi destinado conforme segue:

DESTINAÇÃO DO LUCRO E FORMAÇÃO DE RESERVA		
Lucro líquido do exercício		6.668.648
(-) Absorção de prejuízos		3.231.228
(-) Lucro disponível para constituição da Reserva Legal		3.437.420
(-) Reserva legal		171.871
(=) Base de cálculo para dividendos		3.265.549
(-) Distribuição de dividendos		3.265.549
(=) Lucros acumulados		-

NOTA 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2022	2021
Receita bruta - receita de comissões	11.109.509	6.245.601
Cofins	(54.209)	(180.898)
PIS	(11.745)	(39.195)
ISS	(541.262)	(303.110)
Total de impostos	(607.216)	(523.203)
Cancelamentos	(911.023)	(232.681)
Receita Operacional Líquida	9.991.270	5.489.717

NOTA 17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2022	2021
Recuperação de despesas	145.963	108.258
Receitas com passivos não liquidados	316.687	349.003
Ganho na alienação/baixa do imobilizado	1.020	-
Total	463.670	457.261

NOTA 18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2022	2021
Manutenção e conservação	-	4.175
Viagens e estadas	14.652	8.553
Rateio de despesas	-	346.109
Prazos, indenizações e despesas com diárias e no show	36.390	25.099
Indenizações contratuais	43.474	-
Contribuição para associação de funcionários	-	2.184
Festividades, brindes, patrocínios, doações e promoções	-	4.558
Perdas créditos de difícil liquidação	61.556	-
Total	156.072	390.678

NOTA 19. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	768.503	340.333
Descontos obtidos/juros ativos	202.852	55.746
Varição cambial	30.262	2.432
Total	1.001.617	398.511

NOTA 20. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	2022	2021
Despesas bancárias	59.212	25.239
Descontos concedidos/juros passivos	42.377	14.567
Taxa administração cartão	544.543	335.689
Varição cambial	16.085	9.508
Comissão/tarifa carta de fiança	18.250	21.553
Total	680.467	406.556

NOTA 21. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
	2022	2022	2021	2021
Lucro líquido antes da contribuição social	7.002.288	-	570.614	-
Lucro líquido após a contribuição social	-	6.905.918	-	531.291
(d) Adições	31.420	127.790	106.452	146.775
Contribuição social	-	96.370	-	39.323
Provisões judiciais	23.724	23.724	32.196	32.196
Outras adições	7.696	7.696	74.256	74.256
(e) Exclusões	5.504.028	5.504.028	52.898	52.898
Reversão de provisões judiciais	34.048	34.048	51.175	51.175
Exclusão Lei nº 14.148 Art.4º-Alíquota zero	5.465.154	5.465.154	-	-
Outras exclusões	4.826	4.826	1.723	1.723
(f) Lucro pré-judicial antes da compensação de prejuízos	1.529.680	1.529.680	624.168	624.168
(g) Compensação de prejuízos fiscais	458.904	458.904	187.250	187.250
(h) Base de cálculo da contribuição social e imposto de renda	1.070.776	1.070.776	436.918	436.918
(i) Tributos devidos	96.370	237.270	39.323	82.606

NOTA 22. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes:

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2022	2021
Honorário	-	127.920
Honorário suplementar	-	29.752
Anuênio	-	14.890
Encargos sociais	-	48.317
Participação nos lucros e resultados	-	-
Total	-	220.879

b) Operações ativas e passivas da Companhia com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás referem-se ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos e operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

Saldo Patrimonial Ativos	2022	2021
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	569.689	138.586
Instituto Bancorbrás de Responsabilidade Social	16.219	648
Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A.	107.181	34.393
Bancorbrás Turismo S.A.	1.360.372	341.693
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	163.734	-
Total dos Saldos Patrimoniais Ativos	2.217.195	515.320
Saldo Patrimonial Passivos		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	-	10.843
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	-	10.843
Operações com Rateios - Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	-	85.633
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	-	260.476
Total das Operações com Rateios	-	346.109
Total das Operações com Partes Relacionadas	2.217.195	872.272

NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus empregados, nem de plano de opção de compra de ações.

b) Seguro saúde

A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2022.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO

Dirtor-Presidente

CARLOS EDUARDO ALVES PEREIRA

Dirtor-Executivo

EDIVANIRA VIEIRA DINIZ

Contadora CRC 009.619/0-S DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores da
BANCORBRÁS VIAGENS E TURISMO SA.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **BANCORBRÁS VIAGENS E TURISMO SA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS VIAGENS E TURISMO SA.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nas elaborações das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



BANCORBRÁS - VIAGENS E TURISMO S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações

nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 06 de março de 2023.
UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC DF 501/O-1
ANTONIO CESAR GANDARA
Contador CRC SP 166522/O-0 T-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS VIAGENS E TURISMO S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos, no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 23 de março de 2023.

CONSELHO FISCAL
CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA **ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS**
FERNANDO LUIS SENRA ITABORAI **OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES**

A publicação acima foi devidaente publicada e certificada em 12/04/2023

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do **Jornal de
Brasília** ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

